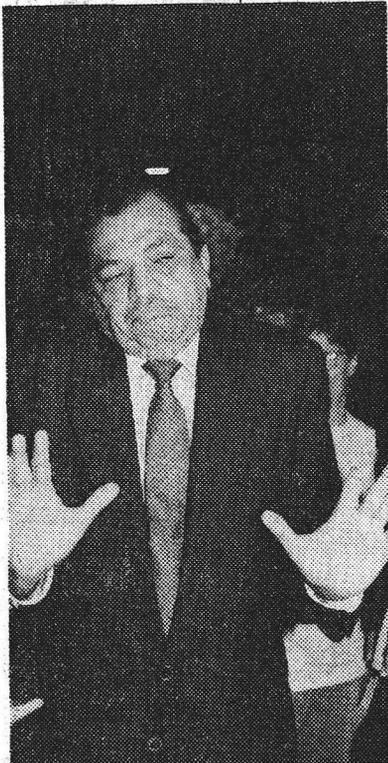


Câmara quer reajuste dado a servidor

BRASILIA — Estudo preliminar da Câmara, encomendado pelo seu presidente, deputado Inocêncio Oliveira (PFL-PE), revela que o governo não está promovendo a isonomia salarial entre os três poderes com os aumentos anunciados esta semana, mas aumentou a remuneração dos servidores do Executivo. “O governo não deu isonomia, mas um aumento disfarçado”, garantiu ontem o diretor-geral da Câmara, Ademar Sabino, responsável pelos estudos jurídicos que irão balizar a decisão de Inocêncio e das lideranças partidárias. Se ficar comprovado que houve aumento, o Congresso Nacional poderá repassar o reajuste médio do Executivo (13,9%) para o Legislativo, beneficiando 15 mil servidores e 584 parlamentares.

Inocêncio negou ontem, em nota oficial, que pretenda conceder aos deputados aumento de 100%, extensivo aos funcionários. Ele desmentiu “a existência, inclusive, de qualquer debate sobre este assunto entre membros da mesa e lideranças partidárias”. Para Inocêncio, “é completamente inoportuno tratar do assunto neste momento”.

O aumento dos servidores do Executivo, variando entre 11,3% e 16,5%, foi concedido através da



Inocêncio: “aumento disfarçado”

Medida Provisória 583. No estudo preliminar, a Câmara comparou os cargos efetivos em final de carreira, sem levar em conta os servidores comissionados. No Legislativo, vencimento e vantagens chegam a R\$ 1.778,30. No Judiciário, a R\$

1.322,70. No Executivo, antes da MP, o salário mais alto era de R\$ 1.765,80. Agora, passou para R\$ 2.158,20 — um aumento de 22,22%.

No caso da chamada Tabela 1 com RAV (Retribuição de Adicional Variável), esse valor sobe de R\$ 2.391,14 para 2.832,96 — um aumento de 18,48%. Essa categoria representa a elite do funcionalismo público, onde estão, por exemplo, os fiscais da Receita Federal e os procuradores do INSS. O estudo da Câmara mostra que a Tabela 2, onde estão datilógrafos e auxiliares administrativos, a remuneração passou de R\$ 894,72 para R\$ 1.032,40, portanto, 15,39%, mas menor do que as categorias mais graduadas.

“A MP 583 não organiza os vencimentos dos servidores”, diz Sabino. Ele insiste numa antiga proposta do Legislativo, que quer equiparar, primeiro, os vencimentos-teto dos poderes. Hoje, um ministro de Estado recebe R\$ 3,2 mil; um deputado e senador, R\$ 4,08 mil; e um ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), R\$ 5,4 mil.

Os estudos encomendados pelo presidente da Câmara estarão con-

cluídos na próxima semana. A decisão sobre o aumento do Executivo e do Legislativo depende do Congresso Nacional, que vota as medidas provisórias. “Quem diz se vai entender o aumento ou não somos nós. Não aceito que ninguém me diga o que fazer”, avisou Inocêncio, que deve decidir no final de agosto, no esforço concentrado, o destino da MP 583 e o repasse ou não do aumento médio (13,9%) para o Legislativo.

Um dos argumentos que Inocêncio utiliza é a defasagem dos vencimentos dos deputados. Ele lembra que, em 1974, quando tomou posse pela primeira vez na Câmara, o vencimento de deputado era cerca de US\$ 8 mil. Hoje, 20 anos depois, a remuneração caiu à metade. “Se pudesse, eu daria 100% de aumento”, admite ele. Em março de 1990, um deputado ganhava mais de US\$ 16 mil.

Inocêncio queixa-se, ainda, que o Executivo deve R\$ 26 milhões para o Congresso Nacional. De acordo com a Constituição, enquanto o orçamento não for votado, o governo deve repassar mensalmente um duodécimo dos valores do orçamento do ano anterior.